

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CONTÍNUOS N.º 005/2015**

Quinto Termo Aditivo ao Contrato de
Prestação de Serviços celebrado entre
o Departamento Estadual de Trânsito
– DETRAN/RS e Laboral Segurança e
Vigilância Patrimonial Eireli.

Quinto Termo Aditivo celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS, Autarquia criada pela Lei n. 10.847, de 20 de agosto de 1996, inscrita no CNPJ sob o n. 01.935.819/0001-03, situada na Av. Júlio de Castilhos, n.º 505 – 17.º andar, nesta Capital, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Sr.º Ildo Mário Szinvelski, inscrito no CPF sob o n.º 234.709.920-53 e a empresa Laboral Segurança e Vigilância Patrimonial Eireli, Rua Luzitana n.º 132, Bairro Higienópolis, Porto Alegre, RS, inscrita no Ministério da Fazenda sob o n.º 10.917.020/0001-85, representada neste ato por seu Diretor Fagner Fernandes Pinheiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 014.494.670-08, RG 1095545628, doravante denominada CONTRATADA.

O presente Termo Aditivo tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descritos na Cláusula Primeira – Do Objeto, tramita no processo administrativo de n.º 3298-2444/13-1, regendo-se pela Lei Estadual n.º 13.191, de 30 de junho de 2009, Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual n.º 11.389, de 25 de novembro de 1999, Decreto Estadual n.º 42.250, Decreto Estadual n.º 42.020, de 16 de dezembro de 2002, pelo Decreto Estadual n.º 42.434, de 09 de setembro de 2003, alterado pelo decreto Estadual n.º 45.744, de 08 de julho de 2008, Decreto Estadual n.º 50.183, de 25 de março de 2013, Decreto Estadual n.º 52.716, de 20 de novembro de 2015, Decreto Estadual n.º 52.768, de 15 de dezembro de 2015, Decreto Estadual 52.215, de 30 de dezembro de 2014 e legislações posteriores e subsidiariamente pelas Leis Federais n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e ato convocatório n.º 557/CELIC/2013, as quais as partes sujeitam-se a cumprir, sob os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação do prazo do Termo de Contrato de Prestação de Serviços Contínuos n.º 005/2015, celebrado entre as partes em 06 de março de 2015, cuja súmula foi publicada no Diário Oficial do Estado – DOE de 09 de março de 2015, visando à manutenção dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REPACTUAÇÃO

2.1 Fica resguardado o direito futuro à repactuação à CONTRATADA após a data da celebração deste instrumento de Aditamento, nos termos do parágrafo 12 do artigo 11 do Decreto Estadual n.º 52.768/2015, a ser exercido tão logo disponha do instrumento relativo ao acordo ou à convenção coletiva de trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO

3.1 Fica prorrogado por 12 (doze) meses a vigência do contrato celebrado entre as partes, a partir de 06 de março de 2017, ficando claro que expirará o prazo em 05 de março de 2018, quando então poderá ser prorrogado ou rescindido pelas partes.

3.2 A prorrogação poderá ocorrer por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, através do respectivo termo aditivo, nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei federal 8.666/93 e legislação pertinente.

3.3 Ficam observados os prazos e requisitos para renovação da garantia, conforme Cláusula Décima Segunda, do Termo de Contrato n.º 005/2015.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECURSO FINANCEIRO

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do Recurso financeiro:

Unidade Orçamentária: 44.01

Atividade/Projeto: 4279

Elemento: 3.3.90.37

Rubrica: 3702

Recurso: 8000

Empenho n.º: 17000626552

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

5.1 As cláusulas constantes do Termo de Contrato que não sejam conflitantes com as disposições do presente instrumento permanecem em pleno vigor, passando este a fazer parte integrante do Termo de Contrato original.

CLÁUSULA SEXTA – DA EFICÁCIA

6.1 O presente Termo Aditivo terá eficácia a partir da publicação da súmula de seu teor no Diário Oficial do Estado – DOE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 Fica eleito o Foro de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou questões oriundas deste Termo Aditivo.

7.2 E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias, de igual teor, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2017.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DOS
RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Ildo Mário Szinvelski,
Diretor-Geral do DETRAN/RS.

Saudir Luiz Filimberti
Diretor-Geral Adjunto
DETRAN/RS

Fagner Fernandes Pinheiro,
Laboral Segurança e Vigilância Patrimonial Eireli.

TESTEMUNHAS:

HENRIQUE MÜLLER GOLDANI
RG 2056343292